

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 21/2017

DA PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017

(Contém 31 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Cristina', is located in the bottom right corner of the page.

CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 21/2017****DA PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Primeira Reunião da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**PRIMEIRA REUNIÃO:**

A Senhora Presidente da Câmara deu as boas vindas a todos e referiu que foi a primeira reunião da Câmara Municipal após a eleição, no passado dia 1 de outubro, estando presentes todos os membros eleitos. Desejou votos de bom trabalho a todos e que sejam efetivamente uma equipa em prol do desenvolvimento do Concelho de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento.



VISITA DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

A Senhora Presidente da Câmara informou que Sua Excelência o Senhor Presidente da República chega hoje à Ilha de Santa Maria. É recebido pelo Governo Regional dos Açores e tem uma agenda preparada pelo seu Gabinete de visita às Ilhas de Santa Maria e de São Miguel.

No Concelho de Lagoa haverá apenas uma reunião no Convento dos Franciscanos, no próximo sábado, dia 28 de outubro, com o Conselho Regional de Concertação Estratégica e um almoço de trabalho naquele local, em que a Câmara Municipal não tem qualquer participação. Mais informou que foi contactada pelo Governo Regional dos Açores para receber Sua Excelência o Senhor Presidente da República, na porta da Igreja do Convento dos Franciscanos, apenas para um cumprimento oficial, e Sua Excelência o Senhor Presidente da República deixará um registo no livro de ouro do Município.

A Câmara tomou conhecimento.

REPRESENTAÇÕES:

O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz informou que participou, em representação da Câmara Municipal, a convite da Associação de Jovens Agricultores Micaelenses na cerimónia de entrega do Prémio Produtor Excelente de 2016, no passado dia 20 de outubro, na AJAM, Centro de Bovinicultura - Arrifes.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:**PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi apresentada a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

“TORNEIO DA JUVENTUDE DE S. MIGUEL EM XADREZ

A cidade de Lagoa acolheu a última etapa de mais uma edição do Torneio da Juventude de S. Miguel em Xadrez. A competição realizou-se no passado dia 7 de outubro, no Convento dos Franciscanos.



Tratou-se de uma iniciativa que resultou de uma parceria estabelecida, desde 2011, entre a Associação de Xadrez da Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal de Lagoa. Participaram jogadores de toda a Ilha de S. Miguel nos mais diversos escalões etários. Recorde-se que, os Açores têm o maior número de federados por habitante desta modalidade que é comprovadamente benéfica para estimulação mental e intelectual dos praticantes e que tem contribuindo também para o bom desempenho escolar em determinadas áreas.

A Câmara Municipal de Lagoa tem, deste modo, apoiado neste género de iniciativas fomentando a ocupação de tempos livres por parte dos jovens de uma forma saudável e fomentando outras modalidades desportiva que também despertem o interesse dos jovens.

CONCERTO DO ORFEÃO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

No passado dia 11 de outubro, teve lugar na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um concerto protagonizado pelo Orfeão. O concerto inseriu-se no programa cultural das festas de Nossa Senhora do Rosário e contou com a participação dos coros litúrgicos de Santa Clara e do Porto Formoso.

Tratou-se de um concerto que teve o apoio logístico da autarquia lagoense e que já se tornou tradição por esta altura de festividades religiosas.

O Orfeão Nossa Senhora do Rosário foi fundado no dia 13 de outubro de 1999, por iniciativa de João Leite, pároco da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, contando com a colaboração do seu primo José Leite, que assumiu a regência e a direção musical. É um grupo composto por cerca de 40 elementos, com idades compreendidas entre os 12 e os 70 anos, repartidos por quatro naipes: sopranos, contraltos, tenores e baixos.

CONSTRUÇÃO DE ALPENDRES EM DUAS ESCOLAS DE SANTA CRUZ

Já se encontram concluídas as obras de construção de dois alpendres em duas escolas na freguesia de Santa Cruz. As escolas beneficiadas foram a B1/JI D. Manuel Medeiros Guerreiro e a escola B1/JI Dr. Tavares Canário, num investimento autárquico superior a 75 mil euros e que teve o apoio do PRORURAL.

A Presidente da Câmara Municipal salientou que, há já algum tempo, ambas as escolas careciam deste género de espaço para a realização de atividade associada à educação física em dias em que as condições climatéricas não sejam propícias para a sua concretização em zonas de recreio exteriores. Assim, a autarquia assumiu a concretização de dois alpendres adjacentes aos edifícios escolares para apoio à atividade física, funcionando também como espaços polivalentes de apoio às escolas.

Na Escola B1/JI D. Manuel Medeiros Guerreiro foi construído um alpendre com dimensões de 14,30m por 5,75m, com um investimento de 35.535,04€. Já na Escola EB1/JI Tavares Canário



foi construído um alpendre com dimensões de 16m por 5,75m, representando um investimento de 40.234,98€.

Recorde-se que, estas obras colmatam um ciclo de investimentos autárquicos realizados em dois anos na freguesia de Santa Cruz numa ótica de melhoramento dos espaços públicos da freguesia e de dotar a população de maior qualidade de vida e bem-estar entre todos.

SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES NA ZONA DE EXPANSÃO DA SRA. DA GRAÇA

A Câmara Municipal está a proceder à substituição das árvores existentes na zona de expansão de Nossa Senhora da Graça, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

Trata-se de uma intervenção que tem vindo a ser adiada pela autarquia em virtude da dimensão e do impacto da referida medida e na tentativa de encontrar outra solução para o problema levantado pelos moradores que se queixam do incômodo originado pela excreção de uma substância pegajosa que danifica a pintura das viaturas e origina o aparecimento de insetos prejudicando, desta feita, o bem-estar.

Esta situação foi estudada também pela Direção Regional dos Recursos Florestais a quem foi pedido parecer e ajuda na avaliação de uma solução que concluiu pela necessidade de substituir todas as árvores denominadas de Tulipeiros da Virgínia, uma vez que, para além do incômodo causado aos residentes, verificou-se que as mesmas não são as mais adequadas às caldeiras ali existentes, pois são árvores de grande porte, que não devem ser podadas e como tal deveriam atingir uma altura de 35 metros e copa entre os 20 e 30 metros.

A sua substituição será feita gradualmente para causar o menor impacto possível e a espécie adotada é o Acer Negundo que se adapta às condições edafo-climáticas locais e garantem uma melhor valorização paisagística do local."

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – AGENDAMENTO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou e colocou à votação a proposta, sobre o agendamento das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

"Com o objetivo de uma melhor organização e funcionalidade dos serviços e de permitir uma preparação mais correta e atempada dos processos e documentos a serem presentes e analisados pelo órgão executivo, proponho:

- Nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se realizem às sextas-feiras, pelas 09:00 horas nas atuais instalações da Câmara Municipal. As reuniões que coincidem com dia feriado ou de tolerância de ponto serão realizadas no primeiro dia útil imediatamente seguinte;



- Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 49.º do mesmo diploma, as últimas reuniões de cada mês serão públicas;
- A Câmara reunirá ordinariamente, em 2017: 10 e 24 de novembro; 11 e 22 de dezembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a proposta apresentada, passando a Câmara Municipal a reunir ordinariamente, no ano de 2017 em: 10 e 24 de novembro; 11 e 22 de dezembro, pelas 09:00 horas, nas instalações da Câmara Municipal;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – FIXAÇÃO DE VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO E MEIO TEMPO:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta sobre a fixação de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro e Meio Tempo, cujo teor abaixo se transcreve:

“Propõe-se à Câmara Municipal a fixação de mais dois Vereadores em regime de tempo inteiro - Albertina Maria Costa Oliveira e Nelson António Rosa dos Santos e um Vereador a meio tempo - Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, para exercer funções, para além do Vereador a Tempo Inteiro - Fernando Jorge Ventura Moniz, conforme meu despacho de 20 de outubro de 2017 e cuja existência já decorre da alínea d) do n.º 1 do referido artigo.”

A Senhora Presidente da Câmara deu conhecimento do seu despacho de 20 de outubro de 2017, com a designação do Vereador em Regime de Tempo Inteiro, que abaixo se transcreve:

“No uso das minhas competências legais, designadamente do estabelecido no n.º 4 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, designo o Vereador em Regime de Tempo Inteiro - Fernando Jorge Ventura Moniz, conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do referido artigo.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado manifestou o seu desagrado pela proposta apresentada, referindo que o Concelho de Lagoa é demasiado pequeno para ter três Vereadores a tempo inteiro e um Vereador a meio tempo. Comparando com outros Concelhos



da Ilha de São Miguel considera que são demasiados e até mesmo comparando com anteriores mandatos na Lagoa. Passou-se de três membros a tempo inteiro, incluindo o Presidente, para três e meio, depois para dois e meio e agora no total são quatro e meio, o que em sua opinião é excessivo.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que por conhecimento próprio é difícil administrar uma Câmara Municipal com um quadro de Vereadores tão reduzido como teve nos últimos dois anos e meio, quando as exigências são muitas, quando é exigida celeridade nos processos e quando têm também um projeto político ambicioso para executar nos próximos quatro anos. Admite que por força daquilo que já viveu é mesmo muito complicado, é feito mesmo às custas de uma capacidade sobre-humana de analisar vários assuntos em simultâneo e com o risco de, eventualmente, ser analisado algum sem a devida atenção.

Felizmente correu tudo bem, mas sabe o quanto foram dolorosos estes dois anos e meio e entende que têm um projeto, projeto este votado pela população, onde têm quatro anos para o executar, por isso conta com a equipa de Vereadores que lhe vão ajudar nas diversas áreas, em que cada um deles terá assento. Caberá a cada um deles pensar nas suas áreas e dar o melhor contributo para o Concelho da Lagoa.

Mais referiu que todos os Presidentes das Câmaras Municipais da Ilha de S. Miguel no último mandato colocaram os seus Vereadores eleitos em regime de tempo inteiro ou a meio tempo, à exceção da Câmara Municipal de Lagoa que tinha o executivo mais reduzido de todos. Não vê razões para que a Câmara Municipal de Lagoa seja diferente das outras Câmaras Municipais.

Neste momento com a equipa que foi pensada, já com esta estratégia, e cada um pela formação e experiência de vida que têm, em determinadas áreas, darão à Câmara Municipal um excelente contributo para que, daqui a quatro anos, o Concelho de Lagoa esteja melhor preparado para o presente e para os desafios do futuro.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vão entregar uma Declaração de Voto. Em resposta à Senhora Presidente referiu que o Concelho de Lagoa não se pode comparar com o Concelho Ponta Delgada, em termos de área territorial, população e número de freguesias. A Câmara Municipal de Ponta Delgada, incluindo o Presidente, tem cinco membros a tempo inteiro e a Câmara Municipal de Lagoa, incluindo a Senhora Presidente, ficará com quatro membros a tempo inteiro e um a meio tempo.

A Senhora Presidente da Câmara expôs que o número de Vereadores, para além do Vereador a Tempo Inteiro que já decorre da Lei, não são fixados com base na área territorial, nem no número de habitantes, mas sim com base nas funções e nos objetivos que se pretendem implementar no Concelho.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que a proposta apresentada refere a fixação de mais dois Vereadores em regime de tempo inteiro e um Vereador a meio tempo, mas o



número de eleitores não aumentou no Concelho de Lagoa, nem o número de habitantes, nem o número de freguesias. Foi uma decisão política do elenco Camarário do Partido Socialista que vai ter que assumir. Em sua opinião, foi uma decisão política arriscada e exagerada, por isso manifestou o seu desacordo.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, a fixação de mais dois Vereadores em regime de tempo inteiro - Albertina Maria Costa Oliveira e Nelson António Rosa dos Santos e um Vereador a meio tempo - Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, para exercer funções, para além do Vereador a Tempo Inteiro - Fernando Jorge Ventura Moniz, conforme despacho de 20 de outubro de 2017 e cuja existência já decorre da alínea d) do n.º 1 do referido artigo.

Pelos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira foi apresentada a Declaração de voto que abaixo se transcreve:

“Considerando a dimensão geográfica do concelho, o número de freguesias e o número de habitantes.

Considerando o número de vereadores a tempo inteiro e parcial, que têm servido o concelho no decurso dos anteriores mandatos.

Considerando que a atividade camarária, não tem sofrido alterações que pressuponham um aumento desta mesma atividade e a consequente necessidade de mais recursos de chefia.

Considerando ainda a comparação com outros concelhos da nossa ilha, relativamente ao número de vereadores a tempo inteiro e parcial, somos do entender que a proposta apresentada é um profundo mau exemplo de gestão, um deselegante procedimento ético para com a nossa população, especialmente a mais desfavorecida e exposta às dificuldades do quotidiano.

Assim os vereadores do Partido Social Democrata votam contra a proposta e manifestam desta forma o seu desagrado pela proposta apresentada, desafiando a que o executivo desta câmara idealize outro formato de atribuição de pelouros, no objetivo de reduzir estes encargos para os níveis habituais neste município.”

PONTO N.º 4 – DESPACHO – DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara do despacho de designação do Vice-Presidente da Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:



“No uso das minhas competências legais, designadamente do estatuído no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, designo Vice-Presidente o Vereador Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota.”

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 5 – DESPACHO – DESIGNAÇÃO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara dos despachos de designação do Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação, que abaixo se transcrevem:

“CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “O Presidente da Câmara Municipal pode constituir um gabinete de apoio à presidência” e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do referido artigo e n.º 4 do artigo 43.º, designo para fazer parte do meu gabinete de apoio à presidência, Verónica Maria Martins Almeida, para exercer as funções de Chefe de Gabinete, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2017.”

“CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “O Presidente da Câmara Municipal pode constituir um gabinete de apoio à presidência” e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do referido artigo e n.º 4 do artigo 43.º, designo para fazer parte do meu gabinete de apoio à presidência, Maria Odete Pinho Cabral, para exercer as funções de Adjunta, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2017.”

“CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, considerando o disposto no n.º 2 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “O Presidente da Câmara Municipal pode constituir um gabinete de apoio ao conjunto dos vereadores que exerçam funções a tempo inteiro ou a meio tempo” e de acordo com a alínea b) do n.º 2 do referido artigo e n.º 4 do artigo 43.º, designo, sob proposta dos Vereadores para fazer parte do gabinete de apoio à vereação, Ana Raquel Oliveira Couto Melo e Sandra Cristina Lima Madeira Bernardo, para exercerem as funções de SECRETÁRIAS, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2017.”

A Câmara tomou conhecimento.



PONTO N.º 6 – PROPOSTA – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, AO ABRIGO DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de delegação de competências, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cujo teor abaixo se transcreve: “Com fundamento no disposto do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de forma a dar uma resposta diária e em tempo útil aos interesses e solicitações dos munícipes e assegurar uma tempestiva decisão nos demais interesses municipais, propõe-se à Câmara que delibere delegar no Presidente da Câmara as competências expressamente enumeradas nos artigos 33.º e 39.º da mesma Lei, com ressalva das competências indelegáveis mencionadas naquela norma do n.º 1 do artigo 34.º que abaixo se transcrevem:

Do Artigo 33.º Competências materiais:

- d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
- h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
- l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;



- x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
 - y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
 - bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
 - cc) Alienar bens móveis;
 - dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
 - ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
 - ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
 - gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
 - ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
 - jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
 - kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios, propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
 - ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
 - mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;
 - nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
 - qq) Administrar o domínio público municipal;
 - rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
 - ss) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
 - tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
 - uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
 - ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
 - yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
 - zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
 - bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.
- E ainda do Artigo 39.º Competências de funcionamento:



- b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;
- c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira referiram que vão votar contra a proposta apresentada de delegação de competências, porque não concordam com a delegação da alínea g) “Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG”. Embora decorra da Lei essa possibilidade, consideram que é um valor excessivo.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Delegar na Senhora Presidente da Câmara as competências referidas na proposta acima transcrita;

2.º Dar publicidade desta deliberação através de afixação de editais nos lugares de estilo.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de delegação de competências, ao abrigo do Decreto – Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que os procedimentos relativos à concessão de licenças estão sujeitos a prazos legalmente fixados, impondo-se, respeitando os mesmos decidir com celeridade os pedidos de licenciamento, propõe-se à Câmara que delibere delegar, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, na Presidente da Câmara a competência para:

- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º, a concessão de Licenças Administrativas, previstas no n.º 2 do artigo 4.º do mesmo Decreto-Lei, designadamente:

- a) As operações de loteamento;
- b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;
- d) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;



- e) Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;
- f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;
- h) As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial;
- i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.

- Ao abrigo do n.º 4 do artigo 5.º, a aprovação de pedidos de informação prévia, constantes do artigo 14.º do mesmo diploma legal.

Igualmente, delegar na Presidente da Câmara a competência referida do n.º 2 do artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que o pagamento das taxas referidas nos n.os 2 a 4 do artigo 116.º pode ser fracionado até ao termo do prazo de execução fixado no alvará desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54.º.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira referiram que votam a favor da presente proposta de delegação de competências, com vista a dar mais celeridade aos processos de licenciamento, pois consideraram que é uma boa prática que estas matérias sejam delegadas na Presidente.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:

1.º Delegar na Senhora Presidente da Câmara as competências referidas na proposta acima transcrita;

2.º Dar publicidade desta deliberação através de afixação de editais nos lugares de estilo.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de delegação de competências – autorização de despesas, ao abrigo do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cujo teor abaixo se transcreve:

“Tendo em consideração o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e com vista a uma maior celeridade na adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, propõe-se à Câmara Municipal que delibere delegar no Presidente da Câmara as competências referidas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até € 748.196,85 (setecentos quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos).”



Sobre a proposta apresentada de delegação de competências para autorização de despesas, a Senhora Presidente da Câmara informou que nunca teve a oportunidade de autorizar uma despesa com aquele montante.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a Lei prevê o montante máximo que pode ser delegado, até 748.196,85 €, mas, em sua opinião, esse valor é exagerado. Sugeriu que esse valor, por uma questão de bom senso, não fosse aprovado, porque mostra alguma descontextualização referente ao valor que é o exercício do Município, pelo que propuseram o valor de 150.000,00 €.

A Senhora Presidente da Câmara informou que, de acordo com o mesmo diploma, Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, os Presidentes de Câmara têm competência até 30.000 contos, ou seja 149.639,53 €.

Pelos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira foi apresentada a Proposta que abaixo se transcreve:

“Considerando que o exercício dos últimos anos deste município tem rondado os dez milhões de euros anuais e que uma parte muito considerável deste valor refere-se a despesas correntes, tendencialmente de valores reduzidos e que aquelas que têm sido as despesas de capital deste concelho nos últimos anos, referem-se à necessidade de levar a efeito investimentos que possam ser determinantes para o concelho e como tal obrigam a amplas discussões sobre os mesmos, os vereadores do Partido Social Democrata entendem que o valor proposto no ponto 8 desta reunião é excessivo, não existindo motivos justificativos relacionados com a celeridade que instigam razões para tão elevada delegação de poderes ao cargo da presidência do município.

Deste modo propomos que o valor em causa seja reduzido para cento e cinquenta mil euros, uma vez que o valor por nós proposto garante a autonomia e celeridade necessárias ao bom funcionamento e gestão do município.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Delegar na Senhora Presidente da Câmara as competências referidas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até 748.196,85 € (setecentos quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos);

2.º Dar publicidade desta deliberação através de afixação de editais nos lugares de estilo.



A proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata não foi aprovada, por maioria, com cinco votos contra dos membros do Partido Socialista e dois votos a favor dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DOS TITULARES DAS CONTAS BANCÁRIAS:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de alteração dos titulares das contas bancárias, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o novo mandato autárquico, torna-se necessário proceder à alteração dos titulares das contas bancárias, as quais deverão ser subscritas pela Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto e pelos Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Fernando Jorge Ventura Moniz, nas seguintes Instituições Bancárias:

Instituições Bancárias	NIB - Número de Identificação Bancária
Banco Português do Investimento	0010 0000 89456600101 87
Santander Totta	0018 0008 06939267020 92
Santander Totta	0018 0000 37737272001 21
Bcp Millennium	0033 0000 50040896605 05
Caixa Geral Depósitos	0035 0381 00000015530 07
Caixa Geral Depósitos	0035 0381 00000262431 93
Montepio Geral	0036 0243 99100001763 19
Caixa Crédito Agrícola	0045 8052 02018225003 23
Novo Banco	0160 0100 00260500018 27
Novo Banco	0160 0217 00270060003 53

As referidas contas serão movimentadas sempre por dois intervenientes, sendo obrigatória a assinatura da Coordenadora Técnica - Maria Rafaela Oliveira Couto Jasmins ou da Assistente Técnica - Maria de Deus Oliveira Ponte Arruda, ao serviço na Tesouraria da Câmara Municipal de Lagoa - Açores.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à alteração dos titulares das contas bancárias, junto das referidas Instituições Bancárias.

PONTO N.º 10 – PROPOSTA – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMRAA:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de designação de membro na Assembleia Intermunicipal da AMRAA, cujo teor abaixo se transcreve:



“De acordo com o número 1 do artigo 18.º dos Estatutos da AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores “A Assembleia Intermunicipal é o Órgão Deliberativo da Associação e é composta por dois membros dos Municípios associados, sendo um deles obrigatoriamente o seu Presidente, e um Vereador designado pelo respetivo executivo.”

Propõe-se à Câmara Municipal a designação do membro deste Órgão Executivo – Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota para fazer parte da composição da Assembleia Intermunicipal da AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira referiram que vão abster-se em todas as propostas de designação de membros, do ponto 10 ao ponto 15. Não tem nada a ver com as pessoas que foram indicadas, pois foram escolhidas pela Senhora Presidente da Câmara e são da sua confiança. Mais referiram que, para as referidas designações, não foi indicado qualquer Vereador eleito pelo Partido Social Democrata. Trata-se de um procedimento político, sendo as nomeações do partido que venceu as eleições.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Designar o Senhor Vereador Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, para fazer parte da composição da Assembleia Intermunicipal da AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

PONTO N.º 11 – PROPOSTA – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMISM:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de designação de Membro na Assembleia Intermunicipal da AMISM, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o número 1 do artigo 13.º dos Estatutos da AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel “A Assembleia Intermunicipal é o Órgão Deliberativo da Associação, constituída pelos Presidentes das Câmaras e por um Vereador de cada Município associado.”

Propõe-se à Câmara Municipal a designação do membro deste Órgão Executivo – Nelson António Rosa dos Santos, para fazer parte da composição da Assembleia Intermunicipal da AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:



1.º Designar o Senhor Vereador Nelson António Rosa dos Santos, para fazer parte da composição da Assembleia Intermunicipal da AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.

PONTO N.º 12 – PROPOSTA – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS NA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO RURAL – ASDEPR:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de designação de Membros na Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural – ASDEPR, cujo teor abaixo se transcreve:

“Propõe-se à Câmara Municipal a designação do membro deste Órgão Executivo – Cristina de Fátima Silva Calisto, para integrar a Direção da Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural – ASDEPR e a designação do Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz para integrar a Assembleia Geral daquela Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Designar a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto, para integrar a Direção da Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural – ASDEPR e o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz para integrar a Assembleia Geral daquela Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural – ASDEPR.

PONTO N.º 13 – PROPOSTA – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO NAS ASSEMBLEIAS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de designação de membro nas Assembleias de Escolas do Concelho de Lagoa – Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Propõe-se à Câmara Municipal a designação do membro deste Órgão Executivo – Albertina Maria Costa Oliveira, para fazer parte nas Assembleias de Escolas do Concelho de Lagoa - Açores.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:



1.º Designar a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira, para fazer parte nas Assembleias de Escolas do Concelho de Lagoa - Açores;

2.º Dar conhecimento desta deliberação às Assembleias de Escolas do Concelho de Lagoa – Açores.

PONTO N.º 14 – PROPOSTA – REPRESENTANTE NA ASSEMBLEIA GERAL DA EIRSU – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E URBANOS:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta, cujo teor abaixo se transcreve:

“Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º dos Estatutos da EIRSU – Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Urbanos, propõe-se à Câmara Municipal a designação dos Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e Nelson António Rosa dos Santos, na Assembleia Geral.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Designar os Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e Nelson António Rosa dos Santos, para integrarem a Assembleia Geral da EIRSU – Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Urbanos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à EIRSU – Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Urbanos.

PONTO N.º 15 – PROPOSTA – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS DO NONAGON – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO MIGUEL:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de designação de membros para os órgãos sociais do NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando a importância da ação desenvolvida pela associação sem fins lucrativos e de natureza científica, tecnológica e de formação, NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel na consolidação do sistema científico e tecnológico dos Açores em áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável dos Açores, potenciando a sua integração no Espaço Europeu de Investigação;

Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa é associada do Nonagon;

Proponho à Câmara Municipal de Lagoa que delibere a designação dos representantes do Município nos Órgãos Sociais do Nonagon:

- Cristina de Fátima Silva Calisto – Assembleia Geral;



- Maria Odete Pinho Cabral – Conselho de Administração;
- Fernando Jorge Ventura Moniz – Conselho Fiscal.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Designar a Senhora Presidente da Câmara – Cristina de Fátima Silva Calisto para a Assembleia Geral; a Adjunta do Gabinete de Apoio Pessoal – Maria Odete Pinho Cabral para o Conselho de Administração e o Senhor Vereador – Fernando Jorge Ventura Moniz para o Conselho Fiscal do Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel;

2.º Dar conhecimento desta deliberação ao Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel.

PONTO N.º 16 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Foi presente a proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Constituem receitas dos municípios, o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), conforme previsto na alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

O Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro que procedeu à reforma da tributação do património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT), estabelece no n.º 5 do artigo 112.º que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do citado artigo, nomeadamente:

c) Prédios urbanos – de 0,3 % a 0,45 %.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, no valor de:

c) Prédios urbanos – 0,3 %.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, a aplicar em 2018, no valor de 0,3 % para os Prédios urbanos, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



PONTO N.º 17 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Foi presente a proposta sobre o lançamento de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Constituem receitas dos municípios, o produto da cobrança de derramas, conforme previsto na alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

O n.º 1 do artigo 18.º da referida Lei refere que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Dispõe ainda o n.º 12 do artigo 18.º da mesma Lei, na sua atual redação, que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, o seguinte:

a) O lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

b) Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 12 do artigo 18.º da referida Lei.”

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou qual o valor da receita da derrama.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que são 70.000,00 €.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que vão apresentar uma proposta. Expôs que o Concelho carece de investimento, pelo que seria uma mais-valia para captação de investimento não haver o lançamento da derrama. A Câmara Municipal tem outras taxas que são apetecíveis para o comércio, mas seria mais uma forma de mostrar ao empresariado que a Câmara Municipal está disponível para captar investimento.

A Senhora Presidente da Câmara informou que já se pensou em alterar a situação da derrama no Concelho de Lagoa. Justificou que não o faz, pois seriam necessários fazer alguns



reajustes orçamentais, atendendo que o Município de Lagoa, durante sete anos, está a pagar o FAM (Fundo de Apoio Municipal), que tem por objeto a recuperação financeira dos Municípios que se encontram em situação de rutura financeira, no valor anual de 75.000,00 €.

Mais informou que estão regulamentados um conjunto de incentivos ao comércio no Concelho de Lagoa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que um dos males no Concelho de Lagoa é o desemprego. É um Concelho que tem elevadas taxas de desemprego e de absentismo escolar. A fixação de empresas no Concelho contribuía para a criação de emprego e redução das taxas de desemprego.

Pelos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira foi apresentada a Proposta que abaixo se transcreve:

“Proposta de lançamento de derrama

Considerando que é um objetivo primordial para a economia do nosso concelho, a captação de investimento e consequente criação de emprego de forma permanente, os vereadores do PSD apresentam a esta câmara a proposta de isentar o lançamento da derrama para o quadriénio de 2017 a 2021, ficando sob forma de compromisso destes vereadores a prorrogação desta proposta durante estes próximos anos, uma vez que a mesma tem de ser aprovada anualmente para fins de elaboração de orçamento e plano.

A proposta do PSD prevê a devida publicidade ao assunto, na necessidade de tornar pública esta medida dando nota ao mundo empresarial da visão de crescimento económico que se defende para o concelho.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta de lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

2.º Concordar com a proposta de lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 12 do artigo 18.º da referida Lei;



3.º De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal as referidas propostas para autorização, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata não foi aprovada, por maioria, com cinco votos contra dos membros do Partido Socialista e dois votos a favor dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira.

PONTO N.º 18 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Foi presente a proposta sobre a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro que aprovou a Lei das Comunicações Eletrónicas prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP);

Estabelece o número 3 do artigo 106.º da referida Lei, na redação da Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, com início de vigência em 8 de setembro de 2015, que a TMDP obedece aos seguintes princípios:

a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2018, em 0,25 %.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, propor à Assembleia Municipal a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2018, em 0,25%.



PONTO N.º 19 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:

Foi presente a proposta sobre a participação variável no IRS, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, refere que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º;

Dispõem ainda os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo que a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, sendo que a ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PONTO N.º 20 – PROPOSTA – REDUÇÃO DA TAXA DO IMI, PREVISTA NO ARTIGO 112.º- A DO CIMI - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO:

Foi presente a proposta sobre a redução de taxa do IMI, prevista no artigo 112.º- A do CIMI - Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, no seu artigo 162.º aditou ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, o artigo 112.º-A;

O n.º 1 do referido artigo 112.º-A refere que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis



que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20,00
2	40,00
3 ou mais	70,00

Refere ainda o n.ºs. 2 e 3 do referido artigo que a deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI. A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do IMI, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.”

A Senhora Presidente da Câmara informou que, segundo a informação da Autoridade Tributária, irão beneficiar no Concelho de Lagoa 1288 agregados familiares com dependentes a cargo, sendo o total do valor da redução da taxa de 41.800,00 €.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que concordam que seja concedido este benefício às famílias. No entanto, opinou que no Partido Socialista há dois pesos e duas medidas. Há esta possibilidade de beneficiar as famílias, com redução da receita para o Município, mas por outro lado, na situação da derrama, a Senhora Presidente considerou importante não prescindir daquela receita. Em sua opinião, a boa vontade que se mostrou em relação a este assunto, também podia ser extensivo à derrama.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.

PONTO N.º 21 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE LAGOA:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de atribuição de apoio extraordinário à Associação Musical de Lagoa, que abaixo se transcreve:



"Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que a Associação Musical de Lagoa tem um importante papel formativo e de ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do concelho;

Considerando a importância que a música assume nas atividades culturais que promovem a divulgação das nossas tradições e costumes;

Considerando o enriquecimento que a cultura e a formação musical representam para os seus aprendizes;

Considerando que, o apoio atribuído à Associação Musical de Lagoa para a realização e cumprimento do seu plano de atividades para o corrente ano foi insuficiente, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de um apoio monetário extraordinário a esta Associação, no montante de 2.000,00 € (dois mil euros) para fazer face às despesas em incumprimento."

A Senhora Presidente da Câmara informou que a atribuição deste apoio extraordinário irá permitir regularizar a atividade da Associação Musical de Lagoa. No próximo ano, este valor será acrescido ao montante do apoio atribuído àquela Associação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual o valor do apoio anual atribuído à Associação Musical de Lagoa e a uma Banda Filarmónica.

A Senhora Presidente da Câmara informou que o valor do apoio anual atribuído à Associação Musical de Lagoa são 8.664,00 € e a uma Banda Filarmónica são 1.444,00 €.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que há uma grande diferença entre o apoio que se atribui às Bandas Filarmónicas que também são escolas de música e à Associação Musical de Lagoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que as três Bandas Filarmónicas no Concelho recebem no seu total menos do que a Associação Musical de Lagoa. Questionou quem são os membros da nova Direção.

A Senhora Presidente da Câmara informou que os novos membros da Direção da Associação Musical de Lagoa são a Prof. Ermelinda Medeiros, a Prof. Cármen Subica e o Maestro Aquiles Preto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que concordam e aprovam a atribuição de um apoio monetário extraordinário à Associação Musical de Lagoa. Acrescentou que as Associações têm que ser ajudadas mas tem que haver algum equilíbrio na ajuda que é prestada às Associações.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade;

1.º Aprovar a atribuição de um apoio monetário extraordinário à Associação Musical de Lagoa, no montante de 2.000,00 € (dois mil euros);



2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e à Associação Musical de Lagoa.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:

PONTO N.º 22 – PROPOSTA – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DE 350.000,00 €:

Pela Senhora Presidente foi presente a proposta para a contratação de um empréstimo de curto prazo, no valor de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, à semelhança do que acontece em qualquer Instituição da Administração Pública, o fluxo de realização das receitas do Município de Lagoa – Açores não é regular ao longo do ano;

Considerando que, nem sempre é possível evitar dificuldades pontuais de tesouraria;

Considerando que nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a margem utilizável da dívida total da autarquia é de 1.466.305,00€, de acordo com os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2017.

Considerando o n.º 1 e 2, do artigo 50.º e n.º 5 do artigo 49.º, da referida lei;

Proponho à Câmara Municipal que se procede à abertura de um procedimento com vista à contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, no valor de 350.000,00 €, por forma à Autarquia poder cumprir com os seus compromissos atempadamente.”

A Senhora Presidente da Câmara informou que, nos últimos dois anos, todo o procedimento com vista à contratação de um empréstimo de curto prazo foi feito mas não houve necessidade de recorrer ao mesmo. Apresentou a presente proposta, na eventualidade, de ser necessário o processo estar preparado. Mais informou que este ano existem candidaturas a Fundos Comunitários que ainda não se sabe se vão ser aprovadas. No caso de serem aprovadas e como a adjudicação terá de ser feita na totalidade poderá ser mesmo necessário recorrer ao empréstimo.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que votam a favor da proposta apresentada para a contratação de um empréstimo de curto prazo, considerando as explicações dadas pela Senhora Presidente da Câmara. Na eventualidade, do mesmo ser utilizado solicitaram que lhes seja dada essa informação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente;



2.º Proceder à abertura de um procedimento com vista à contração de um Empréstimo de Curto Prazo, no valor de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 23 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 24 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 506.221,13 € (quinhentos e seis mil duzentos e vinte e um euros e treze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 24 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 3.º DA LEI N.º 47/2005, DE 29 DE AGOSTO:

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a relação dos despachos exarados, no período de gestão de 2 a 20 de outubro de 2017, que abaixo se transcreve:

"No período de gestão, de 2 a 20 de outubro de 2017, foram efetuados os despachos que a seguir se indicam, os quais são presentes à reunião para ratificação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto:

- Processo de obras n.º 48/17 – Licenciamento para obras de construção de moradia, sita no Bairro D. Maria Joana Faria e Maia, lote 18 - Cabouco, pertencente a Ricardo Jorge Moniz Lázaro – Deferido em 4 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 61/17 – Licenciamento para obras de construção de piscina, sita na Rua Dr.º Filomeno da Câmara, n.º 10 – Santa Cruz, pertencente a Neutralterrace Unipessoal Lda. – Deferido em 10 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 71/17 – Licenciamento para obras de construção um jazigo, sito no Cemitério de Santa Cruz, pertencente a Maria do Rosário Barbosa Cabral – Deferido em 10 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 34/17 – Licenciamento para obras de construção de moradia, sita na Rua Manuel de Sousa Pereira, n.º 13 – Santa Cruz, pertencente a Miguel de Faria e Maia D'Aguiar – Deferido em 11 de outubro de 2017;



- Processo de obras n.º 70/16 – Licenciamento para obras de demolição e construção de moradia, sita na Rua do Boqueirão, n.º 29 – Água de Pau, pertencente a Paulo Roberto Sousa Franco – Deferido em 11 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 60/17 – Licenciamento para obras de construção de moradia, sita na Rocha Quebrada, lote 22 - Rosário, pertencente a Nelson Paulo Moniz Viveiros – Deferido em 11 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 57/17 – Licenciamento para obras de demolição e reconstrução de moradia, sita na Rua da Fonte Velha, n.º 25 - Cabouco, pertencente a Carlos Alberto da Costa Bernardo – Deferido em 12 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 65/17 – Licenciamento para obras de construção de moradia, sita na Avenida Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira – Ribeira Chã, pertencente a Sara Tomé Couto – Deferido em 13 de outubro de 2017;
- Processo de loteamento n.º 15/17 – Licenciamento para loteamento urbano, sito na Estrada Regional n.º 1 – 1.ª/Rocha Quebrada - Rosário, pertencente a Reis Pacheco & Moura Lda. – Deferido em 16 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 68/16 – Licenciamento para ampliação e legalização de obras na habitação – Projetos de especialidade, sita na Rua do Foral Novo, n.º 27 – Água de Pau, pertencente a Válder António Prenda Rebelo – Deferido em 18 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 46/17 – Licenciamento para obras de alteração na moradia, sita na Caloura – Água de Pau, pertencente a João Manuel Pereira Forjaz Sampaio – Deferido em 18 de outubro de 2017;
- Processo de obras n.º 10/16 – Licenciamento para obras de construção de pavilhão galinhas reprodutoras – Aditamento para construção de posto de transformação, sita na Canada da Leiteira - Malaca - Cabouco, pertencente a Pondel Avícola de Ponta Delgada Lda. – Deferido em 19 de outubro de 2017;
- Pedido Informação Prévia - processo n.º 11/17 – Pedido de informação prévia para construção de moradia, sita nas Socas – Rosário, pertencente a João Veríssimo Figueiredo Pinho – Indeferido em 2 de outubro de 2017;
- Pedido Informação Prévia - processo n.º 17/17 – Pedido de informação prévia para construção de moradia, sita na Rua da Portela – Água de Pau, pertencente a Frederico Medeiros Gamboa de Melo Cabral – Deferido em 6 de outubro de 2017;
- Pedido Informação Prévia - processo n.º 26/17 – Pedido de informação prévia para construção de moradia, sita na Rua da Furna, n.º 23 - Rosário, pertencente a José Manuel Medeiros Azeredo – Deferido em 13 de outubro de 2017.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira referiram que vão abster-se atendendo que os despachos foram exarados no anterior mandato.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira ratificar os despachos acima referidos, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:

PONTO N.º 25 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DE VENDA DE ÁGUA, TARIFAS DE DISPONIBILIDADE DIVERSOS DO SERVIÇO DE ÁGUAS E TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:

Pela Senhora Presidente foi presente a proposta de alteração ao tarifário de venda de água, de acordo com a tabela que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

A Senhora Presidente da Câmara informou que considerando a recomendação tarifária da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores – ERSARA foi criada uma tarifa social, isentando o utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, a aplicar aos utilizadores domésticos, no caso dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

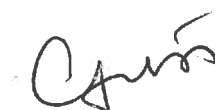
O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que no programa eleitoral do Partido Social Democrata era proposto a alteração dos tarifários de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, com vista a reduzir a fatura mensal aos Lagoenses, pelo que não podem aceitar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara e vão apresentar uma proposta.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado acrescentou que tinham uma proposta para fazer uma alteração profunda e inclusive a criação de um novo regulamento relativo a estes serviços. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho para se perceber a realidade das famílias. Na atual tabela de preços há várias exceções, mas em sua opinião, deve-se também atender às famílias da classe média, porque são o pilar de sustentação de qualquer economia.

A Senhora Presidente da Câmara informou que todos os Municípios dentro em breve vão ser obrigados a alterar os seus regulamentos referentes ao serviço de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, de acordo com as recomendações da ERSARA. Vai existir um grupo de trabalho que será Intermunicipal.

Pelos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira foi apresentada a Proposta que abaixo se transcreve:

“Considerando que o atual regulamento de taxas e tarifas do concelho, no que concerne às tarifas dos serviços de fornecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, é



desfavorável à nossa população, uma vez que tendencialmente apresentam valores acima da média praticada na ilha de S. Miguel.

Considerando que o ónus da questão não está na introdução de mais escalões, mas sim na revisão dos preços base destes serviços e na necessidade da apresentação de profundas alterações, com vista a criar mais equidade e justiça entre a população.

Consideram assim os vereadores do Partido Social Democrata que a alteração agora proposta em nada contribuirá para promover a dita justiça entre o princípio de utilizador/pagador, deste modo solicitam que a proposta do ponto 25 seja retirada da ordem dos trabalhos e que seja criado um grupo de trabalho, com vista a fazer um exaustivo estudo, com o objetivo de promover a devida coerência entre o custo real dos serviços prestados e aqueles que devem efetivamente ser os preços a praticar em função, da qualidade dos serviços e do perfil e capacidade financeira dos municípios.”

A proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata não foi aprovada, por maioria, com cinco votos contra dos membros do Partido Socialista e dois votos a favor dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e o voto contra do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta apresentada e aprovar os respetivos valores, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Dar a devida publicidade, através de Edital.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

ENCERRAMENTO:

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:36 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu Maria do Espírito Santo Aguiar, —, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CRISTINA CALISTO